



Palavra de Presidente: construção da autoridade presidencial nos discursos de Abril

The President's word: Construction of presidential authority in April 25th speeches

Maria Aldina Marques
ILCH-CEHUM. Universidade do Minho

PALAVRAS-CHAVE: DISCURSOS DE CELEBRAÇÃO, DISCURSO POLÍTICO, *ETHOS*, AUTORIDADE, CATEGORIAS LINGUÍSTICO-DISCURSIVAS.

KEYWORDS: AUTHORITY, CELEBRATION SPEECHES, POLITICAL DISCOURSE, *ETHOS*, LINGUISTIC-DISCURSIVE CATEGORIES.

1. OS DISCURSOS DE ABRIL

A celebração do 25 de Abril, em sede da Assembleia da República, é um evento discursivo institucional que tem como momento central o discurso presidencial. É sobre estes discursos que me vou deter um pouco para analisar a construção da autoridade presidencial como parte fundamental da construção contextual dos sentidos do discurso.

Deste processo discursivo complexo, deter-me-ei apenas na análise da relação entre a construção da autoridade, ou melhor, da imagem de autoridade do locutor e os referentes discursivos, do ponto de vista de uma perspetiva teórica pragmático-enunciativa.

Os discursos, qualquer discurso não apenas o discurso político, constroem imagens dos interlocutores: imagem de si, *ethos*, são termos usados para designar essas imagens discursivas. Amossy (1999, 2010), Maingueneau (1998, 1999), Goffman (1973), entre

outros, recuperam, de forma crítica e reformuladora, a tradição retórica, de Aritóteles, mas também de Cícero e Quintiliano, na distinção que estabelecem entre *ethos* discursivo, a imagem que o locutor constrói de si no discurso, e *ethos* pré-discursivo ou *ethos* prévio, i.e., a imagem pública, as representações sociodiscursivas que circulam num determinado momento sobre o locutor.

A construção do *ethos/ethe* mobiliza duas questões fundamentais: por um lado, a relação entre a construção da imagem de si e a função social do locutor e, por outro, a relação entre a construção da imagem de si e o género discursivo, na medida em que nele está prevista uma imagem **de** locutor. Nos discursos de Abril, está em causa a função social-política **de** Presidente da República e a imagem de locutor que o género discursivo, o *discurso de celebração nacional*, prevê e se corporiza como expectativas dos interlocutores. É ainda relevante considerar o *ethos* presidencial enquanto imagem de autoridade, em duas vertentes que conjugam a imagem institucional **de** Presidente da República com a imagem pública **do** Presidente da República.

1.1. CONSTITUIÇÃO DO CORPUS

O *corpus* de análise é constituído pelos discursos presidenciais de celebração/ comemoração do *25 de Abril* (até ao centenário da República), abrangendo os discursos dos quatro presidentes eleitos após o 25 de Abril.

Dada a extensão do *corpus*, selecionei, para os quatro presidentes da república envolvidos na celebração do 25 de Abril, o primeiro discurso e o último discurso proferidos por cada um, exceptuando o caso do Presidente Cavaco Silva, que ainda está em funções.

Os dois quadros abaixo apresentados sintetizam os dados quantitativos relativos aos discursos e número de palavras por discurso. O primeiro diz respeito ao período de comemorações desde 25 de Abril de 1977 até 2011, data da comemoração do centenário da república¹; o segundo abrange o período de 25 de Abril de 1977 até 25 de abril de 2006, data do primeiro discurso do atual Presidente da República.

¹ Esta fronteira decorre do facto de este estudo estar integrado no projecto *O Discurso do Presidente. Cem anos de discursos presidenciais em Portugal*.

QUADRO 1 – DISCURSOS PRESIDENCIAIS DE ABRIL

	1977-1985	1986-1995	1996-2005	2006-2011	TOTAL
Ramalho Eanes	8 22.637				
Mário Soares		8 13.623			
Jorge Sampaio			10 40.065		
Cavaco Silva				6 11.771	
Média [aproximada] palavras/discurso	2.830	1.703	4.007	1.962	32* 88.096

* Em 25 de abril de 1975, realizaram-se as eleições para a Assembleia Constituinte; em 25 de abril de 1976, realizaram-se as primeiras eleições legislativas; em 25 de abril de 1983, realizaram-se eleições legislativas; em 1992, a comemoração oficial do 25 de Abril não ocorreu no Parlamento; em 1993 também não há comemoração oficial do 25 de Abril no Parlamento.

QUADRO II – DISCURSOS PRESIDENCIAIS EM ANÁLISE

	1977/1985	1986/1995	1996/2005	2006/-	TOTAL
Ramalho Eanes	2.072 + 3.385				5.457
Mário Soares		2.302 + 1.602			3.904
Jorge Sampaio			2877 + 3629		6.506
Cavaco Silva				2274 + -	2274

2. OS DISCURSOS DE CELEBRAÇÃO/COMEMORAÇÃO NACIONAL

2.1. AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS DOS DISCURSOS DE CELEBRAÇÃO NACIONAL

O quadro histórico-discursivo dos *discursos de comemoração* do 25 de Abril é diretamente devedor do contexto sociopolítico da Revolução de Abril, que determina a perspe-

tiva de abordagem do ato de celebração. De facto, a representação da atualidade social e política no discurso é feita por comparação com o evento comemorado. Desse contraste sobressai, em todos os discursos, uma imagem atual de crise por não cumprimento, mais ou menos modalizado, dos valores de Abril. Esta é uma sistematicidade instaurada no primeiro discurso de celebração, em 1977, pelo Presidente Ramalho Eanes e retomada por cada Presidente da República nos discursos que analisámos²:

1. Sabemos todos, *por duras experiências* até nesta Assembleia, que *os ideais do 25 de Abril têm sido muitas vezes adulterados* no decurso destes três anos. (RE,1977)
2. Os Portugueses estão naturalmente *orgulhosos da liberdade que usufruem* - e daquilo que ela lhes promete no domínio da criatividade e da participação -, mas *sabem que lhes falta ainda construir uma sociedade, donde seja erradicada a pobreza, a ignorância, a intolerância e que nos recupere de um atraso secular, em segurança e no respeito pelos direitos de todos*. (MS,1986)
3. Infelizmente, *após trinta anos de vida democrática*, subsistem na sociedade portuguesa *outros problemas graves*. (JS,2005)
4. Confrontá-la [a nossa sociedade] com sonhos que marcaram aqueles dias de Abril, mas que a *realidade dos nossos dias não só não valida* como em vários aspectos nos interpela. (CS, 2006)

2.2. OS DISCURSOS DE CELEBRAÇÃO DE ABRIL

Os discursos de comemoração/celebração de Abril, como género discursivo, são tematicamente determinados pelo evento comemorado, nas representações que os sucessivos locutores dele fazem. Nos discursos presidenciais de comemoração do *25 de Abril*, pese embora a especificidade de cada contexto histórico particular e a especificidade dos locutores-Presidentes, o objeto da comemoração é representado nas suas características históricas, como *movimento militar*, *momento de rutura política* (RE, 1985), *projeto nacional* (RE, 1985), *movimento patriótico* (MS, 1986), mas é sobretudo evocado e retomado nos valores que a ele são agregados de *democracia*, *liberdade* e, particularmente, de *esperança*, o que implica uma valorização do futuro. Essa projeção para o futuro é construída pela reiteração de nomes como *esperança*, *futuro* e *sonho*:

- "...que os ideais de Abril não venham a ser um *sonho* traído" (RE,1);

² Esta é uma "sistematicidade relativa", dado que seria necessário analisar todos os discursos para determinar a adequação desta conclusão.

- “Confrontá-la com *sonhos* que marcaram aqueles dias de Abril” (CS,1);
- “O 25 de Abril representou o restaurar da *esperança*” (JS, 1996);
- “...um país à altura da *esperança* que o 25 de Abril trouxe aos portugueses” (JS, 2005);
- “Temos todos a consciência de que foi apenas em 25 de Abril que, para Portugal, começou o *futuro*” (MS, 1985);
- “O legado inestimável do 25 de Abril foi abrir-nos de par em par as portas do futuro” (MS, 1985);
- “O 25 de Abril abriu novos horizontes ao *futuro* de Portugal.” (JS, 1996).

Esta representação de Abril condiciona os objetivos discursivos do evento de comemoração, a sua orientação discursiva, porque, como diz Plantin (1996) as palavras designam e orientam o discurso. Por isso é um discurso todo ele voltado, necessariamente para o futuro, como o testemunham as próprias palavras presidenciais: “Invocando o 25 de Abril, mas *a pensar no futuro*, dirijo-me a todos os portugueses” (MS,2). Mas, na verdade, a evocação não constitui um fim em si. O presidente Ramalho Eanes, no seu discurso duplamente inaugural, o primeiro do seu mandato e o primeiro das celebrações de Abril na Assembleia da República, afirma:

(5) Srs. Deputados, entendo ser este *o momento apropriado para se fazer uma pausa e reflectir* sobre o percurso realizado, sobre os sintomas da crise de desenvolvimento, de projecto e de valores que empobrecem o nosso presente e ameaçam o nosso devir democrático. (RE,1985)

Trinta anos mais tarde, o Presidente Cavaco Silva, no primeiro discurso de celebração de Abril como Presidente da República, sintetiza estes condicionamentos, que se individualizam como características do ato de celebração e, por essa via, dos discursos presidenciais de celebração:

(6) *Uma forma tentada ao longo dos anos para que esta cerimónia de homenagem, a 32ª, o seja menos à data e mais à história que nela se encerra, foi a de **fazer dela um momento de reflexão sobre o nosso tempo.*** (CS,2006)

Nesta proposta do Presidente Ramalho Eanes, retomada em cada um dos discursos posteriores, o locutor assume a tarefa de, em nome do país, apontar sucessos e insucessos e traçar caminhos.

3. A AUTORIDADE DO PRESIDENTE

Ora, este objetivo pressupõe a afirmação de *autoridade* do locutor-presidente, que está duplamente ancorada. Com efeito, a autoridade do Presidente da República decorre da legitimidade institucional mas também da sua credibilidade política. É pois necessário distinguir o estatuto **de** presidente e o estatuto **do** presidente. Coexistem aqui imagens de si complementares, construídas por mecanismos discursivos diversos. As estratégias e recursos linguísticos para a sua realização são comuns a todos os discursos em análise.

3.1. O ESTATUTO DE PRESIDENTE DA REPÚBLICA – DA LEGITIMIDADE À CREDIBILIDADE

O Presidente da República é uma figura emblemática da democracia, o garante da coesão nacional. Figura máxima da República, eleito por sufrágio universal, a função de Presidente da República agrega uma imagem positiva, de árbitro e defensor da democracia, uma imagem suprapartidária de “presidente de todos os portugueses”, na expressão inicial de Mário Soares. A legitimidade conferida pelo voto popular dá-lhe autoridade institucional, que o locutor explicitamente assume. O pronome pessoal de 1ª p/s mostra um locutor individual que assume as responsabilidades que lhe foram cometidas, mas a que agrega, desde logo, uma atitude própria de empenhamento e liderança. O contraste semântico entre a posição de objeto, “subordinado” ao verbo *obrigar* (*obriga-me; Está o Presidente da República obrigado*), e a de agente (*Não hesitarei; tenho atribuído alto significado*) põe em destaque uma autoridade recebida, delegada mas também construída:

(7) *O mandato que recebi do povo português obriga-me, a garantir, dentro das soluções democráticas, a recuperação do País, a identidade nacional e o desbloqueamento da angústia colectiva perante o presente e perante o futuro.*

Não hesitarei em tomar as medidas necessárias e correctas que assegurem a viabilidade da Nação como sociedade livre onde valha a pena viver. (RE,1977)

(8) ... está o Presidente da República *obrigado a fazer cumprir a Constituição* que jurou e que só a vontade soberana desta Assembleia da República, dotada de poderes de revisão, pode alterar. Mas, também, está o Presidente da República *obrigado a interpretar* as condições de garantia da Coesão Nacional, por isso *tenho atribuído* tão alto significado à necessidade de um amplo debate e de um amplo consenso. (JS,1996)

Mas a defesa de Portugal e dos portugueses, a que o Presidente está obrigado, leva o locutor a privilegiar outras estratégias de aproximação ao alocutário, nomeadamente por intermédio de um voz coletiva (pelo uso de NÓS) a partir do qual o locutor individual constrói uma imagem de solidariedade³. Com distintos valores referenciais, ora identificando os políticos - presentes na cerimónia -, ora o povo, ausente fisicamente mas presente na relação interacional construída por cada locutor, é o país/nação que com mais frequência se constitui como referente do deíctico NÓS. Na sua função de Presidente, o locutor integra-se nestes diferentes grupos, assumindo as responsabilidades, as dores, os sonhos e os insucessos que são de todos:

(9) Os *Portugueses* estão naturalmente orgulhosos da liberdade que usufruem - e daquilo que ela lhes promete no domínio da criatividade e da participação -, mas sabem que lhes falta ainda construir uma sociedade, donde seja erradicada a pobreza, a ignorância, a intolerância e que *nos* recupere de um atraso secular, em segurança e no respeito pelos direitos de todos⁴. (MS,1)

(10) Talvez nos últimos anos *tenhamos esquecido a necessidade de manter, de forma equilibrada, o mesmo nível de investimento em todas estas áreas*. (JS,2005)

(11) Julgo poder expressar o sentimento geral ao dizer que muito *progredimos* na modernização da economia e na afirmação de novos estilos de vida, mas *ficámos* muito aquém na concretização dessa ambição de uma sociedade com maior justiça social. (CS, 2006)

A proximidade ao povo, à nação, é uma estratégia reforçada por estruturas avaliativas axiológicas que, sendo simultaneamente estruturas de desinscrição enunciativa, fazem sobressair uma voz genérica responsável pelos atos de repúdio face a injustiças de que os portugueses são vítimas:

(12) *É socialmente inaceitável* que a pobreza atinja a dimensão e a expressão publicamente denunciadas.

É inaceitável que continuem a existir homens que trabalham sem serem remunerados.

É inaceitável que, em todos estes anos de democracia, se tenham adiado soluções que poderiam, pelo menos, ter reduzido as crescentes desigualdades ... (RE, 1985)

³ O *ethos* de solidariedade, diz Charaudeau (2005, p.163), é próprio de “um ser que não somente está atento às necessidades dos outros, mas que as partilha e se torna responsável por elas”.

⁴ Veja-se a cadeia anafórica (portugueses – lhes – nos) cuja pertinência é assegurada pela identificação de NÓS com o povo português.

(13) A carência extrema reveste *formas particularmente insuportáveis* de injustiça e humilhação. (JS, 2005)

(14) E a exclusão – a dimensão de não pertença a que demasiados dos nossos concidadãos se vêem remetidos – *é tão intolerável que*, por contraste, têm de ser reduzidas à sua devida proporção as controvérsias geradas a propósito de pequenos aperfeiçoamentos dos nossos direitos. (CS,2006)

Esta imagem do PR, de solidariedade com o povo que sofre, é completada por uma imagem de firmeza, de combatividade – contra quem pretende trair os ideais de Abril -, e que se articula à responsabilidade assumida como Presidente da República. Por isso, o locutor decide assumir essa responsabilidade novamente na 1ª p/s (EU). A escolha desta modalidade elocutiva na defesa de um futuro digno de Abril e dos interesses do povo português dá visibilidade à imagem de credibilidade, mas também de liderança pela imagem modelar que o locutor constrói de si enquanto indivíduo:

(15) não sou *eu* o único português que **assumiu compromissos** com a Nação. Porque *recuso demitir-me das responsabilidades* que o povo português colocou sobre os meus ombros, *é meu dever exigir aos meus compatriotas que estejam à altura das suas próprias responsabilidades*. (RE,1977)

(16) Repito: não há tempo a perder nem *responsabilidades a transferir*. *Que cada um assuma as suas*. *Eu assumi e continuarei a assumir* as minhas até ao último dia do meu mandato. *Continuarei sempre, mobilizando os portugueses, a lutar por um país melhor*. (JS,2)

E porque, como reivindica o Presidente Mário Soares no último discurso que proferiu na celebração da revolução, “o Presidente da República [...] é o garante da unidade nacional e do regular funcionamento das instituições”, e lhe cabe assegurar, portanto, a salvaguarda de tais desígnios constitucionais sem criar divisões entre os portugueses, os atos de advertência e crítica que constrói não têm destinatários identificados. Com efeito, o locutor apaga-os da superfície discursiva através de estruturas de generalização (17) e indeterminação (18), de atos indirectos (19), de nominalizações (21) ou ainda pela integração do locutor no grupo-alvo (18,20 e 21), numa atitude de “generosidade” na preservação da imagem dos adversários que reforça a sua imagem de solidariedade em construção no discurso:

(17) *Não se pode ser democrata* nesta Assembleia e fomentar lá fora a agitação e o desrespeito das leis. (RE,1977)

(18) Se temos o crédito das liberdades e dos direitos conquistados, se temos a segurança da democracia a definir as regras do comportamento político, se temos a esperança de um povo a respeitar, nada pode desculpar que os ideais de Abril *continuem por concretizar*, à mercê dos que deles se servem, sem servir a Pátria. (RE,1977)

(19) Da voz desta Assembleia nasce a legalidade. *O seu silêncio é fonte de arbítrio*. (RE,1977)

(20) Se não *fizermos* o que é necessário fazer, essas crises, sob idênticas ou diferentes formas, regressarão, enfraquecendo, pela sua própria repetição, a nossa capacidade de as enfrentar. (JS,2005)

(21) Mas, dentro destas, ressaltam as que conseguiram manter uma dimensão humana, proporcionando satisfação e bem-estar aos que nelas habitam, em contraste com as que se tornaram autênticas chagas urbanísticas, *produto da desorganização e da irresponsabilidade*, condenando os seus habitantes a um mau viver resignado, sem qualidade e sem horizontes. (CS,2006)

3.2. O ESTATUTO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA – A AUTORIDADE PESSOAL NO QUADRO INSTITUCIONAL

Em inter-relação com as imagens institucionais, cada Presidente da República vai também construir o seu *ethos* discursivo pela recuperação e integração de um *ethos* pré-discursivo que o credibiliza fortemente, atendendo a que, como refere Charaudeau (2005, p. 119), “...a credibilidade repousa sobre um poder fazer, e mostrar-se credível é mostrar ou apresentar a prova de que se tem esse poder”. O passado pessoal, a história democrática de cada locutor, reforça o *ethos* positivo que a função de Presidente (garante da democracia) lhe confere e fortalece a sua credibilidade, pelas provas dadas. Esta estratégia está presente, de modo sistemático, nos últimos discursos presidenciais.

Os discursos dos três primeiros presidentes recuperam as suas imagens prévias de democratas, heróis de Abril. Desde logo, com o Presidente Ramalho Eanes, que nunca se mostra explicitamente como capitão de Abril, mas se integra na geração dos que tornaram Abril possível:

(22) *A transição do autoritarismo para um regime de democracia pluralista* ficou, em suma, a dever-se ao empenho de uma *geração* que para o seu projecto encontrou indiscutível apoio popular. [...] A verdade é que, apesar de tudo, o projecto da *geração a que pertencço* ainda está bem longe da sua plena realização. (RE,1985)

O Presidente Mário Soares reclama também a pertença a essa geração de Abril a que agrega a valorização da sua função de “*constituente*” e de *parlamentar*:

(24) *Sou, confessadamente, um homem do 25 de Abril. Pertenço a uma geração de portugueses para quem esse dia singular foi o melhor das suas vidas, porque representou a concretização de uma luta intransigente pela liberdade, que sempre mantiveram, década após década.* (MS,1995)

(25) *Esta é a última vez que comemoro, como Presidente da República, o dia da liberdade. É com emoção que o faço nesta Casa, a Assembleia da República, a que me sinto tão ligado como *constituente* e como *parlamentar* que tanto me orgulho de ter sido,* (MS,1995)

O Presidente Jorge Sampaio faz idêntica recuperação do seu passado “antifascista” e do seu ativismo político no parlamento, que, de igual forma, avalia positivamente:

(26) *Pertenço a uma geração que esperou e lutou por esse dia. A sua chegada representou uma alegria ímpar que a nossa memória conserva como um daqueles grandes momentos que tornam a vida exaltante e a abrem ao futuro.* (JS,2005)

(27) *De facto, ao dirigir-me, neste Dia, à Assembleia da República, não posso nem quero esquecer que fui, com muita honra, um parlamentar dedicado. Tenho orgulho em tê-lo sido e conservo dessa experiência uma grata recordação.*

Aprendi nesta Casa que, sem debate parlamentar exigente, é o próprio debate democrático que se empobrece e desprestigia. Aprendi que há momentos de convergência e momentos de divergência, momentos de consenso e momentos de dissenso. (JS,2005)

Não se restringe, obviamente, ao discurso final de cada Presidente a construção desta vertente pessoal. É esse o caso do Presidente Cavaco Silva, que, não tendo feito ainda o último discurso presidencial de Abril, não deixa de convocar no seu discurso inaugural esta dimensão pessoal, que passa pela construção de um *ethos* de humanidade, de proximidade e atenção aos outros, um comportamento da esfera pessoal (“*lembro-me sempre*”), que precede o seu estatuto presidencial:

(28) *Ao evocar esses dias de sonho e de esperança, lembro-me sempre daquele cartaz em que uma criança colocava um cravo no cano de uma espingarda. [...] Preocupam-me os casos de crianças vítimas de negligência e de maus-tratos físicos e psicológicos, que regularmente são objecto das notícias dos órgãos de comunicação social. Reparo no número de processos instaurados pelas instituições vocacionadas para a sua protecção. Ouço o testemunho do cidadão anónimo ou do*

técnico que lida diariamente com estes casos e não posso deixar de *reconhecer* que essas mesmas crianças constituem o elo mais fraco dessa cadeia social que alimenta a exclusão. (CS,2006)

Esta imagem de humanidade sobressai no contexto de ocorrência por ser o único excerto de um conjunto de reflexões sobre injustiças sociais que o locutor apresenta como um ponto de vista singular, marcado no uso de EU.

3.3. CONSTRUIR UM ETHOS DE GUIA: PROPOR CAMINHOS QUE CUMPRAM OS DESÍGNIOS NACIONAIS

A reflexão, assumida como objetivo dos discursos presidenciais nas comemorações de Abril, traduz-se em orientações para o futuro de Portugal, na construção de uma “agenda para uma boa governação”, como refere o Presidente Jorge Sampaio. O discurso de comemoração torna-se, assim, um discurso de forte influência política ou, por outras palavras, um exercício de autoridade presidencial, que propõe a visão do Presidente da República sobre Abril e sobre o futuro político, económico e social de Portugal.

Todos os discursos presidenciais adotam uma representação dessa reflexão organizada em duas partes, a primeira de “diagnóstico” ou constatação e a segunda de princípios orientadores, na forma de atos injuntivos indiretos, que pretendem responder à assertividade inicial:

<p>a) <i>A intolerância</i> introduzida na sociedade portuguesa <i>mantém</i> ainda afastados do contributo que devem à Pátria homens indispensáveis em sectores decisivos para o desenvolvimento do País. (RE,1)</p>	<p>a') <i>Precisamos de quadros</i>, de quadros qualificados e motivados, para conceber e realizar programas audaciosos que multipliquem os empregos. (RE,1)</p>
<p>b) Nunca como <i>agora</i> foram tão grandes <i>as expectativas legítimas</i> nem as possibilidades, a prazo razoável, de dar expressão concreta aos anseios dos Portugueses. (MS,1985)</p>	<p>b') Nesse sentido, <i>torna-se urgente</i> fazer um esforço formidável na educação e, na formação profissional da nossa juventude, apostando a fundo na investigação científica e tecnológica e abrindo grandes espaços, nas nossas preocupações quotidianas, à plena criatividade e à inovação. (MS,1985)</p>
<p>c) <i>O problema crónico</i> da economia portuguesa <i>está, como sabemos, na insuficiência</i> de competitividade e no <i>excesso</i> de despesa relativamente ao produto que tem sido capaz de gerar. (JS,2005)</p>	<p>c') Para corrigir esta situação, <i>é preciso</i> gastar menos, [...], e produzir mais, especialmente para exportação. <i>Temos de vencer</i> o desafio da globalização competitiva e produzir [...]. Mas também <i>temos de moderar</i> a despesa interna ... (JS, 2005)</p>

<p>d) <u>Sabemos que os efeitos da crise económica</u> <i>tendem</i> a potenciar esses sinais, nomeadamente através do desemprego de homens e mulheres que, pelo seu nível de escolaridade e pela sua idade avançada, enfrentam dificuldades acrescidas na procura de um novo posto de trabalho. <i>É nestas situações que o risco de exclusão social aumenta.</i> (CS, 2006)</p>	<p>d') Para que esse risco possa ser atenuado <i>chega</i> <i>exigir</i> mais medidas ou mais dinheiro. [...] Todos somos responsáveis, <i>todos temos que assumir</i> a quota-parte de responsabilidade [...]. <i>Temos de romper</i> com o conformismo e o comodismo [...]. <i>Temos de conseguir</i> enaltecer, através de uma nova atitude cívica, o exemplo de milhares de cidadãos [...]. (CS, 2006)</p>
---	--

O diagnóstico da situação político-social é feito pelo locutor em enunciados marcados pela modalidade epistémica, mas a que a *modalidade delocutiva* (Charaudeau (2005)⁵, por desinscrição enunciativa, confere o estatuto de evidência que decorre da verdade das coisas; são verdades enunciadas independentemente das circunstâncias da enunciação e que criam “um mundo de evidência”. São, pois, atos assertivos que trazem para o discurso uma voz coletiva, genérica, que pressupõe a concordância dos interlocutores. O locutor apaga-se dando lugar a uma voz – de autoridade – que se responsabiliza pela verdade das constatações. Ou seja, os enunciados são marcados por *expressões definidas* que não só pressupõem a verdade dos factos enunciados (*A intolerância* introduzida na sociedade portuguesa; *o problema crónico* da economia portuguesa, etc.) como introduzem um referente discursivo já conhecido dos interlocutores⁶.

Quanto aos *princípios orientadores*, que pretendem ser compromissos políticos para o futuro de Portugal, sobressai a modalidade deontica, marcada por valores de necessidade que se articula com os valores do ato assertivo anterior. Este, ao convocar um consenso alargado, faz com que o conteúdo do ato injuntivo que se segue seja do interesse dos destinatários mais do que do locutor. Por isso, este privilegia, mais uma vez, estruturas de desinscrição enunciativa, ao serviço de um processo de referenciação que representa o objeto discursivo independentemente do locutor, ou melhor, independentemente da sua presença explícita no discurso. O locutor põe em cena um enunciador universal, a que pretende que o alocutário se identifique. De facto, as orientações políticas, plasmadas em

⁵ A modalidade delocutiva “apresenta o que é dito como se a palavra dada não fosse da responsabilidade de nenhum dos interlocutores presentes e dependesse apenas do ponto de vista de uma voz de verdade” (Charaudeau, 2005, p. 179).

⁶ Em dois dos exemplos selecionados, esta estratégia é reforçada pelo comentário (*como sabemos*), que afirma a partilha desses conhecimentos, implícita nos outros, por força da generalização.

estruturas de impessoalização (*é preciso que, torna-se urgente, não chega*) e de construção de uma voz coletiva (*temos de; precisamos de*) a que o locutor individual se assimila, aliadas às suas específicas competências de Presidente da República, fazem da injunção um ato de exortação. Ora, o ato exortativo é uma “ordem travestida” (Duarte, 2006) em ato de sedução. Por isso, e à semelhança do que ocorre com os atos discursivos de crítica e advertência, acima referidos, o locutor evita assumir uma posição de comando, potencialmente agressiva, face aos seus interlocutores institucionais e procura antes o seu assentimento. Mas são estratégias que reforçam a credibilidade e a autoridade presidenciais, apoiadas na imagem de Presidente da República partilhada pelos portugueses.

Por isso, os atos exortativos são, com frequência, sequencialmente contextualizados por sequências explicativas (Adam, 1985), que esclarecem os princípios orientadores enunciados, contribuindo também para a construção da imagem de credibilidade do locutor pelo reforço do efeito de evidência antes conseguido. Veja-se o exemplo seguinte que ilustra o percurso privilegiado de constatação, exortação, explicação e avaliação:

i) Constatação: Há que reconhecer que *o enorme apoio financeiro* da União Europeia, nos últimos 20 anos, apesar do seu extraordinário contributo para a modernização e infra-estruturação do País, com reforço da coesão nacional, *produziu resultados muito aquém do necessário*, em termos de redução de assimetrias regionais de desenvolvimento, da nossa posição competitiva e da produtividade nacional.

ii) Exortação: *Torna-se, por isso, indispensável*, agora que estamos no limiar de novo quadro comunitário de apoio, *que sejam adoptadas políticas públicas com claras apostas estratégicas, que rompam com a artificial compartimentação* de programas segundo as fontes de financiamento ou a verticalização ineficiente por ministérios.

iii) Explicação: *Do que se trata é de privilegiar a transversalidade* dos programas e das políticas, virados para a modernização da nossa estrutura económica e social, forçando uma efectiva colaboração inter-ministerial para esses objectivos e operacionalizando-os segundo uma lógica territorial coerente.

iv) Avaliação: *Este é um enorme desafio* que os governos têm pela frente e que exige uma rigorosa reflexão. (JS,2005)

4. CONCLUSÃO

Os discursos de celebração de Abril são, em primeiro lugar, discursos políticos com claros fins persuasivos, que condicionam a estrutura e a temática discursivas. A celebração da revolução dos cravos não é tomada como um fim em si, unicamente de rememoração, a que se adequaria, em termos discursivos, uma modalidade narrativa. Antes constitui um momento privilegiado para o Presidente da República traçar objetivos e caminhos para o país, ao nível político, económico, cultural e social, marcados na estrutura discursiva por atos assertivos, injuntivos e explicativos. A sistematicidade desta *agenda*, nos discursos analisados, configura-se como o emergir de uma finalidade constitutiva deste género discursivo. Os discursos de comemoração parecem ser, assim, uma oportunidade para o exercício do poder político presidencial.

E por isso a construção de um *ethos* de autoridade e credibilidade é tão fundamental. De facto, a autoridade dos Presidentes assenta num complexo trabalho discursivo de construção de *imagens de si* que suportam o objetivo confessado de marcar a agenda política, mas em nome dos portugueses e da democracia, no exercício da função institucional para que foram eleitos e a que agregam dimensões pessoais fundamentais.

Fica, no entanto, claro que é necessário matizar tais conclusões, que são forçosamente provisórias, ou pelo menos parcelares, e prosseguir com a análise de todos os discursos presidenciais de comemoração de Abril.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adam, J.-M. (1985). *Les Textes, Types et Prototypes*. Paris: Armand Colin.
- Amossy, R. (1999) (Ed.). *Images de soi dans le discours. La construction de l'ethos*. Genève: Delachaux et Niestlé.
- Amossy, R. (2010). *La présentation de soi. Ethos et identité verbale*. Paris: PUF.
- Charaudeau, P. (2005). *Le discours politique. Les masques du pouvoir*. Paris: Vuibert.
- Charaudeau, P. (2005a). *Discurso político*. Tradução de Komesu, F. & Cruz, D. F. São Paulo: Contexto.
- Duarte, I. M. (2006). De la suggestion à l'injonction. In Carreira, M. H. A. (Ed.), «Venez, venez!» : de la suggestion à l'injonction dans les langues romanes (*Travaux et Documents*, 32) (pp. 155-176). Saint Denis : Université Paris 8 Vincennes.
- Goffman, E. (1973). *La mise en scène de la vie quotidienne 1 : la présentation de soi*. Paris : Minuit.
- Maigneueau, D. (1998). *Analyser les textes de communication*. Paris: Nathan.
- Maigneueau, D. (1999). Ethos, scénographie, incorporation. In Amossy, R. (Ed.), *Images de soi dans le discours. La construction de l'ethos* (pp. 75-100). Genève: Delachaux et Niestlé.

RESUMO

A celebração do 25 de Abril é um evento discursivo institucional que tem como momento central o discurso presidencial.

O objetivo principal deste trabalho é analisar a construção da imagem de autoridade do locutor, segundo uma perspetiva teórica pragmático-enunciativa.

Nos discursos de Abril, está em causa a função social-política **de** Presidente da República e a imagem de locutor que o género discursivo, o *discurso de celebração nacional*, prevê e se corporiza como expectativas dos interlocutores. Pretende-se considerar a construção do *ethos* presidencial, enquanto imagem de autoridade, em duas vertentes que conjugam a imagem institucional **de** Presidente da República com a imagem pública **do** Presidente da República. O *corpus* de análise é constituído pelos discursos presidenciais de celebração do *25 de Abril* (até ao centenário da República), abrangendo os discursos dos quatro presidentes eleitos após o 25 de Abril.

ABSTRACT

The celebration of April 25 is an institutional discursive event that has as its central part the presidential speech. The main goal of this paper is the analysis of the construction of the speaker's authority image, within a pragmatic-enunciative theoretical perspective.

The presidential celebration speeches of the Revolution highlight the social-political function of the President of the Republic and the speaker's image, a characteristic of this discursive genre. The aim is to consider the construction of the presidential *ethos*, while image of authority in two parts that combine the institutional image of President of the Republic with the public image of the President.

The data consists of presidential speeches of the celebration of the 25 April (from 1974 to the centenary of the Republic), covering the speeches of the four elected presidents after April 25.